

RESOLUÇÃO Nº XX/2025

Altera a Resolução nº 06/2019, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSA).

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que a autoavaliação institucional compreende um processo de diagnóstico crítico e coletivo sobre a coerência entre as práticas institucionais e os princípios, diretrizes e políticas definidas no Estatuto, no Regimento Geral, no Projeto de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico Institucional e pelas unidades universitárias e instâncias de gestão acadêmica e administrativa da Universidade;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a sua regulamentação pela Portaria MEC n. 2.051/2004 e demais legislações pertinentes,

CONSIDERANDO a deliberação do plenário em Reunião Ordinária realizada no dia XX de XXXXX de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a constituição da Comissão Própria de Avaliação da

Universidade Federal do Sul da Bahia e o seu Regimento Interno, anexo a esta Resolução.

Art. 2º O Regimento aprovado entra em vigência nesta data, revogando-se a Resolução nº 06/2019 e demais disposições em contrário.

Itabuna, XX de XXXXX de 2025

JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ
REITORA
PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ANEXO DA RESOLUÇÃO XX/XXXX

Regimento Interno da Comissão Própria de
Avaliação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) reger-se-á por este Regimento Interno, de acordo com o disposto na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria MEC n. 2.051/2004 e demais legislações pertinentes, observados o Estatuto e o Regimento Geral da UFSB.

Parágrafo único. A CPA terá atuação autônoma no âmbito da sua competência legal, prestando informações de suas atividades aos Órgãos Colegiados Superiores da UFSB e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e divulgando-as à comunidade universitária, contando com apoio técnico e financeiro da Instituição.

Art. 2º A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSB é uma comissão permanente, responsável por coordenar o processo interno de autoavaliação institucional, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP, em conformidade com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO, FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 3º A avaliação interna é um processo de caráter diagnóstico, dialógico, formativo, participativo e de compromisso coletivo, tendo como objetivo indicar à comunidade as potencialidades e fragilidades da Instituição, no intuito de

promover a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, observados os princípios do SINAES e as especificidades da Universidade.

Art. 4º As atividades da CPA devem observar os seguintes princípios:

- I. Responsabilidade social, com foco em inclusão, desenvolvimento sustentável e preservação cultural;
- II. Respeito à diversidade e promoção de educação inclusiva;
- III. Qualidade acadêmica em ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- IV. Transparência e participação democrática;
- V. Planejamento estratégico baseado em indicadores avaliativos.

Art. 5º A CPA tem como finalidade:

- I. Coordenar a autoavaliação institucional, integrando as dimensões e eixos temáticos definidos pelo SINAES;
- II. Estimular a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos avaliativos;
- III. Garantir transparência e publicidade dos resultados;
- IV. Subsidiar o planejamento institucional, alinhando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- V. Fomentar a qualidade acadêmica, responsabilidade social, inclusão, equidade e diversidade.

Art. 6º À CPA, observada a legislação pertinente, competirá:

- I. Coordenar o processo de avaliação interna;
- II. Propor o Projeto Trienal de Autoavaliação Institucional, conforme estabelecido no Art. 5º deste Regimento Interno;
- III. Elaborar e analisar relatórios e pareceres e encaminhar suas observações às instâncias competentes;
- IV. Elaborar o Relatório de Avaliação Institucional anualmente, obedecendo aos critérios mínimos estabelecidos pela legislação do SINAES e o calendário estipulado pelo Ministério da Educação (MEC)/INEP;
- V. Propor a metodologia do processo de avaliação interna;

- VI. Definir as diretrizes e aplicar as ações de sua área de competência no que concerne à avaliação interna;
- VII. Organizar e preservar o percurso histórico das experiências de autoavaliação institucional da UFSB;
- VIII. Acompanhar os processos de avaliação externa da instituição a fim de atender aos processos de regulação no MEC e no INEP, no âmbito do SINAES;
- IX. Acompanhar e orientar os processos de avaliação nas instâncias de gestão acadêmica, unidades universitárias e Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (CUNIs) e Complexos Integrados de Educação (CIEs);
- X. Acompanhar e orientar os processos de avaliação nas instâncias de gestão administrativa da Universidade;
- XI. Analisar criticamente os processos e instrumentos internos de avaliação existentes na UFSB, quanto à sua aderência à proposta pedagógica e aos princípios e valores sustentados pela Universidade;
- XII. Dar ampla publicidade às suas atividades e ciência dos resultados de suas avaliações, pareceres e recomendações à Reitoria, aos Conselhos Superiores e à comunidade universitária;
- XIII. Sensibilizar a comunidade referente à importância dos processos avaliativos e de sua relação com a missão da Universidade, fomentando a construção e consolidação de uma cultura avaliativa na UFSB;
- XIV. Desenvolver estudos, análises, projetos, programas e ações visando à eficiência e à efetividade da política de avaliação institucional;
- XV. Assessorar a Reitoria, os Conselhos Superiores e outras instâncias da UFSB em assuntos relativos a processos de avaliação;
- XVI. Propor ao Conselho Universitário (CONSUNI) alterações neste Regimento Interno.

Parágrafo único. A CPA poderá, a seu critério ou por solicitação, nomear subcomissões ou realizar audiências públicas para cumprimento de sua competência, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 1º deste Regimento Interno.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 7º A CPA é composta por:

- I. Três representantes dos/as servidores/as docentes, preferencialmente um de cada campus;
- II. Três representantes dos/as servidores/as técnico-administrativos/as, preferencialmente um de cada campus;
- III. Três representantes discentes, regularmente matriculados, preferencialmente um de cada campus;
- IV. Dois representantes dos egressos, preferencialmente um da graduação e outro da pós-graduação;
- V. Um representante do Conselho Estratégico Social (CES);
- VI. Um representante da gestão da Rede Anísio Teixeira dos Colégios Universitários (Rede CUNI);
- VII. Um representante da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI);
- VIII. Um representante da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

§ 1º Para cada categoria de membros da CPA constantes nos incisos I, II e III, haverá um suplente, preferencialmente, de cada campus.

§ 2º O/A Coordenador/a e o/a Coordenador/a Adjunto/a serão eleitos/as pelos membros da CPA, entre os/as representantes constantes nos incisos I e II.

§ 3º O/A Coordenador/a faz jus à Função Gratificada, consequentemente não pode acumular outras gratificações.

§ 4º Será atribuída a seguinte carga horária aos membros da CPA:

- I. Coordenador: 20 horas semanais;
- II. Vice-Coordenador: 10 horas semanais;
- III. Demais membros docentes e técnicos administrativos: 5 horas semanais.

Art. 8º Os/As representantes dos/as servidores/as docentes, dos/as servidores/as técnico-administrativos e discentes serão eleitos/as por seus pares e nomeados/as pela Reitoria por meio de Portaria.

CAPÍTULO IV

DOS MANDATOS

Art. 9º Os membros da CPA cumprirão mandatos, não coincidentes, de três anos, permitida uma única recondução.

Reitoria

Praça José Bastos, s/n, Centro, Itabuna/BA, CEP 45.600-923

Fone: 73 2103-8401 / 8402

www.ufsb.edu.br

§ 1º Os mandatos dos primeiros membros e dos respectivos suplentes serão de um, dois e três anos, estabelecidos em portaria designatória.

§ 2º Poderá ser reconduzido uma única vez o membro que for designado para cumprir o mandato complementar, caso o mesmo tenha se iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

§ 3º Na hipótese de o mandato complementar ser exercido após o transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário, o membro que o exercer poderá ser conduzido imediatamente ao posterior mandato regular de 3 (três) anos, permitindo-lhe uma única recondução.

§ 4º A representação discente terá mandato de um ano permitida uma recondução para mandato sucessivo.

§ 5º Os membros servidores da CPA terão reconhecimento de carga horária por seu trabalho na Comissão atestada pela Coordenação da CPA e homologada pela chefia imediata, em conformidade com Plano Trienal de Autoavaliação Institucional.

§ 6º Os membros discentes terão sua contribuição à CPA reconhecida como Atividade Complementar, atestada pela Coordenação da CPA e homologada pela Coordenação do Curso em que estejam matriculados/as.

Art. 10 A CPA realizará reuniões ordinárias mensais e, a qualquer momento, reuniões extraordinárias, convocadas pelo/a Coordenador/a ou por dois terços de seus membros titulares.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com o mínimo de 48 horas de antecedência.

§ 2º A cada reunião será lavrada ata que deverá ser lida e aprovada na reunião seguinte.

§ 3º O membro que faltar, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco reuniões intercaladas, no período de um ano, será desligado da Comissão.

§ 4º Ocorrendo o desligamento de qualquer membro das categorias I, II ou III antes do término do mandato, será imediatamente substituído por seu suplente.

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR DA CPA

Art. 11 São competências do/a Coordenador/a da CPA:

- I. Coordenar o processo de autoavaliação da Universidade;
- II. Representar a CPA na Reitoria e nos órgãos competentes quando se tratar de assuntos ligados à avaliação institucional;
- III. Assegurar a autonomia do processo de avaliação;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da CPA, com a prerrogativa de exercer voto de qualidade;
- V. Acompanhar os processos regulatórios relacionados à autorização de cursos, ao reconhecimento de cursos, renovação de reconhecimento e credenciamento da Instituição;
- VI. Cumprir e fazer cumprir os termos deste Regimento Interno;
- VII. Desempenhar outras atribuições inerentes à função não especificadas neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Caberá ao/a Coordenador/a Adjunto/a da CPA substituir o/a Coordenador/a em casos de falta ou impedimento ocasional, assumindo suas atribuições.

CAPÍTULO VI

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Art. 12 A atuação da CPA será organizada em Plano Trienal de Autoavaliação Institucional, elaborado pela própria Comissão, apresentado e homologado no CONSUNI.

§ 1º O Plano Trienal de Autoavaliação Institucional contemplará o uso da avaliação como instrumento de autoconhecimento para a instituição e subsídio para tomada de decisão, orientando a gestão acadêmica e administrativa em todas as instâncias.

§ 2º O ciclo avaliativo será **anual**, com levantamento de informações e apresentação de resultados ao CONSUNI e à comunidade ao fim de cada ciclo.

Art. 13 O Plano Trienal de Autoavaliação Institucional deverá conter todas as ações a serem realizadas e ser amplamente divulgado a toda comunidade acadêmica.

Art. 14 A Administração Central disporá apoio de infraestrutura física e de pessoal à CPA.

Parágrafo único. Haverá uma secretária, com dedicação exclusiva, para a CPA, tendo como atribuições:

- a) Redigir atas de reuniões da CPA;
- b) Divulgar a programação de trabalho, bem como pautas de reuniões da CPA;
- c) Controlar o recebimento, movimentação e expedição de processos e correspondências;
- d) Organizar e secretariar reuniões e trabalhos da CPA;
- e) Gerenciar e atualizar o sítio e o endereço eletrônico da CPA;
- f) Prestar apoio à CPA no planejamento e organização de eventos.
- g) Preparar, examinar, revisar e encaminhar os atos administrativos ou normativos à assinatura ou aprovação do Presidente da CPA, bem como dos demais membros da referida Comissão;
- h) Elaborar os documentos que se façam necessários aos trabalhos da CPA;
- i) Requisitar material permanente e de consumo;
- j) Organizar e manter arquivos de interesse da CPA, bem como zelar pela sua guarda;
- k) Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente da CPA.

Art. 15 A CPA poderá requerer, mediante justificativa, informações sistematizadas de todas as Pró-reitorias, Centros de Formação (CFs), Institutos de Humanidades, Artes e Ciências (IHACs), Colegiados, Coordenações, órgãos e instâncias administrativas da Universidade.

Art. 16 Os processos avaliativos conduzidos pelas diversas instâncias e órgãos da UFSB deverão ser comunicados à CPA para apoio e articulação com o processo de avaliação institucional.

Parágrafo único. A CPA poderá solicitar acesso aos dados obtidos para utilizá-los no processo autoavaliativo institucional e compor seu acervo de informações.

Art. 17 O processo interno de autoavaliação, coordenado pela CPA, desde a fase de elaboração conceitual até a confecção de relatórios, deverá ser amplamente divulgado para a comunidade acadêmica pelos meios de comunicação disponíveis na instituição e considerados adequados pela Comissão.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CPA, respeitada a legislação vigente.

Art. 19 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.